

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
EXTRAORDINÁRIO APROVEITAMENTO EM LICENCIATURA EM
FILOSOFIA

BRUNO DE JESUS TORRES

A MENTALIDADE POR DETRÁS DO DESARMAMENTISMO

ANÁPOLIS
2017

BRUNO DE JESUS TORRES

A MENTALIDADE POR DETRÁS DO DESARMAMENTISMO

Trabalho de Conclusão para a obtenção do diploma de licenciatura no curso de Filosofia da Faculdade Católica de Anápolis.
Orientador: Prof. Dr. Pe. João Batista

ANÁPOLIS
2017

RESUMO

Com o presente trabalho são elucidados os principais argumentos usados pelos desarmamentistas. Refutam-se então as falácias, mentiras, e ignorâncias por eles usadas através dos fatos, de pesquisas e estudos sérios sobre o assunto. Será também esclarecida a real mentalidade que está por detrás da ideologia ou teoria desarmamentista, que é a mentalidade da manipulação ideológica, marxista, comunista por meio da grande mídia.

Palavras-chave: Desarmamento. Legítima Defesa. Armas de fogo. Armas. Cristianismo, Posse. Porte de Armas.

ABSTRACT

With this work the main arguments used by disarmamentists are elucidated. The fallacies, lies, and ignorances with which they use through facts, serious research and studies on the subject are then refuted. It will also be clarified the real mentality behind the ideology of disarmament or disarmament theory, which is the mentality of ideological Marxist and communist manipulation, through the media.

Keywords: Disarmament. Legitimate Defense. Firearms. Weapons. Christianity. Possession of Weapons.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
I. A LEGÍTIMA DEFESA E AS ARMAS: A MENTALIDADE CORRETA	7
1.1 A legítima defesa e as armas em um pensamento católico	8
1.2 Armas e o cristianismo	10
1.3 Ainda sobre a legítima defesa: o caso inglês	11
1.4 O dever do povo: defender sua nação conjuntamente com a autoridade pública.	12
1.5 O direito de não se ter direito	16
II. A RELAÇÃO ENTRE A MÍDIA E AS ARMAS DE FOGO	19
2.1 Falso alarmismo dos jornais	20
2.2 As armas na mídia	22
2.3 A mentalidade sentimentalista: excesso de pessimismo	23
2.4 A mentalidade manipuladora: terror e manipulação da mídia	24
III. ARMAS: O PERIGO SOMENTE EM POTÊNCIA	27
3.1 A demonização das armas	31
3.2 Relação de armas, crimes e violência	32
3.3 Armas, pessoas de bem, homicídios	33
IV. A MENTALIDADE TIRÂNICA	35
4.1 Armas e governos liberais	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

Antes de se tratar o tema proposto, se há de fazer algumas considerações necessárias para que o assunto se abordado com coerência e objetividade, longe de discursos emotivos sentimentalistas que por vezes estão presentes no discurso desarmamentista.

O que é o desarmamentismo? É um conjunto de teorias ou ideologias que afirmam que as armas só produzem malefícios para a sociedade e para as pessoas em individual e por isso os governos devem, segundo eles, fazerem o possível para que o acesso às armas de modo legal seja cada vez mais dificultoso, tornando assim, impossível a um cidadão de bem, legalmente possuir e portar uma arma de fogo para sua defesa pessoal, familiar e até da sociedade a sua volta como há de se ver mais a frente.

O desarmamentismo, que tem como porta-voz a mídia, em suma, pretende tirar o direito individual e inalienável de um cidadão honesto e de bem, possuir armas de fogo como propriedade individual e legal, tal teoria afirma que, as nações que permitem e reconhecem o direito da pessoa humana possuir e portar armas têm os índices elevadíssimos de homicídios e outros crimes violentos nos quais armas de fogo são constantemente envolvidas, e segundo eles são muito frequentes os acidentes mortais com armas de fogo, por causa de tudo isso, as armas tem que ser cada vez mais extintas da sociedade.

Tal pensamento é totalmente errôneo, pelos simples fato de que, em primeiro lugar, os acidentes com armas são raríssimos, e só se tem a impressão que são frequentes os acidentes fatais porque se faz grandes notícias dos casos na mídia em especial quando nos raros acidentes com armas, crianças são envolvidas, ai então o discurso sentimentalista entra a tona, levando as pessoas a pensarem que, afinal, armas de fogo são más e não se deve tê-las nem de modo legal previsto pela legislação.

Neste trabalho, se há de fazer tais considerações sobre o direito das pessoas possuírem e portarem armas a luz do conceito da legítima defesa, dando uma visão no aspecto filosófico da questão.

A legítima defesa de modo proporcionado é a chave e a resposta da questão para que seja assegurado, defendido e propagado o direito de todo homem possuir e portar armas de fogo.

I A LEGÍTIMA DEFESA E AS ARMAS: A MENTALIDADE CORRETA

Antes de se aprofundar mais na questão, de qual seja a mentalidade por detrás dessa ideologia desarmamentista, se faz necessário analisar o pensamento católico sobre a problemática, que é de extrema importância na atual conjuntura brasileira. É justo se fazer um esclarecimento acerca do que se diz ou não, a Igreja Católica sobre a legítima defesa por meio de armas. E dentro dessa linha de pensamento, se há de ter uma visão tomista bastante objetiva que deixa o assunto mais claro e sucinto, tendo em vista que o debate desarmamentista é pautado muitas vezes por questões subjetivas que não mudam o placar do jogo, para tal assunto se há de ver o que se diz o magistério católico.

Clarificando as coisas no princípio, o debate sobre as armas, a sua legalização, o direito de todo cidadão devidamente preparado, possuir e portar armas, o seu uso no combate ao crime, sobre a influência ideológica da mídia na manipulação da verdade sobre tal tema, enfim, tudo isso é sim um debate extremamente filosófico, não em totalidade, pois a sociologia também entra em questões como o do desarmamento e suas consequências.

Entretanto, falando acerca da ciência sociológica, Malcolm (2014, p. 23) afirma que: “Aqueles que pesquisam a história do crime admitem rapidamente que sua ciência não é exata”, ou seja, a sociologia é uma ciência subjetiva, mas é principalmente na pergunta e resposta dada pela filosofia é que essa polêmica terá um respaldo objetivo e claro bem como uma verdadeira resposta sobre tal questão, visto que muitas vezes, como diz Lott (2015, p. 17): “O debate sobre as armas acontece, em muitos aspectos, sem nenhuma referência as evidências”, tais evidências objetivas e claras dariam uma visão mais acertada sobre o assunto, coisa que na maioria das vezes não é feita pelos apoiadores do desarmamentismo, que lançam seus argumentos que na sua maioria são infundados baseando-se em meias-verdades que são nada mais nada menos que uma total mentira.

Mesmo que Lott não seja um filósofo, e muito menos seu trabalho se situe nessa área, é mui necessário usar de sua pesquisa que contribuirá para o presente trabalho, visto que ele faz um estudo sério sobre a questão em um abrangente livro. É interessante e curioso que estudos de linha desarmamentista raramente se encontram em livros ou em pesquisas sérias. Sobre a visão do economista, este fala em seu livro:

Preconceito Contra as Armas responderá a todas essas perguntas de uma perspectiva econômica – não filosófica. Meu papel como economista não é considerar se os americanos têm ou não o “direito” de possuir armas, de mantê-las destrancadas, de vende-las em feiras, de carrega-las consigo onde

quer que estejam, e assim por diante. Meu único objetivo é estudar os efeitos mensuráveis que as leis sobre armas possuem sobre os índices de violência, e deixar que os fatos falem por si mesmos. (LOTT, 2015, p. 23).

Porém, no final de seu livro **Preconceito Contra as Armas**: porque quase tudo o que você ouviu sobre o controle de armas está errado (2015), Lott concorda que o debate é também filosófico: “Muito frequentemente, o debate sobre as armas é filosófico, colocando a liberdade dos proprietários de armas contra a segurança de todas as outras pessoas”. (p. 271).

Como economista, ele analisa os fatos empíricos, mostra os dados, pesquisas e estatísticas e com isso prova sua tese de que mais armas nas mãos de cidadãos de bem tem como consequência em menos criminalidade seja qual for o lugar, ele deixa mais claro essa posição em seu livro **More Guns, Less Crimes** (2000).

Quando Lott afirma que tal debate coloca a liberdade dos que tem armas contra a segurança individual de outras pessoas, essa discussão filosófica pertence àquele abolicionista em extremo chamado Thomas Hobbes que dizia com total segurança que todas as pessoas devem abdicar de seus direitos e entregá-los ao estado. Em suma, renunciar seus direitos e deixar que o estado controle tudo, em tal estado obviamente não existirão cidadãos de bem armados para proteger a si e a outros deixando na vanguarda a segurança de outras pessoas em especial as que estão a sua volta.

1.1 A legítima defesa e as armas em um pensamento católico

Em uma visão mais cristã, o que seria então a legítima defesa? É pecado ter armas? Toda violência é ilícita? Para isso dois parágrafos do **Catecismo da Igreja Católica** (2001) respondem:

A legítima defesa das pessoas e das sociedades não é uma exceção à proibição de matar o inocente, que constitui o homicídio voluntário. “A ação de defender-se pode acarretar um duplo efeito: um é a conservação da própria vida, o outro é a morte do agressor... Só se quer o primeiro; o outro, não.” O amor a si mesmo permanece um princípio fundamental da moralidade. Portanto, é legítimo fazer respeitar seu próprio direito à vida. Quem defende sua vida não é culpável de homicídio, mesmo se for obrigado a matar o agressor: Se alguém, para se defender, usar de violência mais do que necessário, seu ato será ilícito. Mas, se a violência for repelida com medida, será lícito... E não é necessário para a salvação omitir este ato de comedida proteção para evitar matar o outro, porque, antes da de outrem, se está obrigado a cuidar da própria vida. (§ 2263-2264).

Logo, conclui-se que a legítima defesa é uma reação justa, violenta e proporcionada ao violentador que inflige um determinado dano. É legítima tal defesa quando se implica uma

força necessária para impedir o delinquente de realizar um ato de violência que possa acarretar certamente na morte do infligido, do inocente cidadão. Ou seja, a violência é necessária em certos casos onde a vida está em risco como ocorre nos casos de legítima defesa, tal violência não é ilícita porque o fim de tal ação não é propriamente a morte do agressor, por isso o catecismo usa a palavra “duplo-efeito”, pois em muitas circunstâncias somente a morte do agressor é a solução para determinados crimes.

A partir de tal conclusão uma pergunta poderá ser feita: é lícito matar para se defender? Para isso, Aquino, responde com clareza e objetividade:

Respondo. Nada impede que um mesmo ato tenha dois efeitos, dos quais só um esteja intenção e outro esteja fora dela. Ora, os atos morais se especificam pela intenção e não pelo que está fora dela, e é acidental, como já foi explicado. Assim, do ato de quem se defende por resultar um duplo efeito: um é a conservação da própria vida; outro, a morte do agressor. Esse ato, portanto, enquanto visa a conservação da própria vida não é, por sua natureza, ilícito; pois é natural a cada ser buscar conservar sua existência, na medida do possível. Um ato, porém, embora proceda de uma boa intenção, pode tornar-se ilícito se não for proporcionado ao fim. Assim, agirá ilicitamente quem, para defender a própria vida, empregar uma violência maior do que necessário. Mas, se repelir a violência moderadamente, a defesa será lícita; pois, segundo o direito, “repelir a força pela força é lícito, com moderação de uma legítima defesa.” Nem é necessário à salvação omitir esse ato de defesa moderada, para evitar matar o outro, pois o homem está mais obrigado a velar pela sua vida do que pela do outro.

Ao que o Doutor Angélico conclui em seguida:

Mas, visto que só é lícito matar um homem em virtude da autoridade pública e em vista do bem comum, como já foi explicado, segue-se que é ilícita a intenção de matar a outrem, para defender a própria vida, a não ser que se esteja revestido da autoridade pública. Pois neste caso, a intenção de matar alguém, para a defesa da própria vida, será referida ao bem público. É o que se vê com evidencia, no soldado que combate os inimigos da pátria e nos agentes da justiça que lutam contra os bandidos. Embora, mesmo estes pequem, se forem movidos por paixão pessoal.” (S. Th. II^a II^{ae}q. 64, a. 7).

Logo, é lícito matar para se defender, ou seja, por legítima e proporcionada defesa dada as condições citadas acima pelo Aquinate, bem como o magistério católico. O problema em si não está nos objetos usados para legítima defesa que causam a morte ou algum outro dano não mortal. A problemática gira em torno da pessoa e a sua intenção na ação da defesa legítima.

Ou seja, o problema não está na arma usada mais sim na pessoa que vai usá-la, logo não é imoral, ilícito, ou até mesmo um pecado ter armas de fogo ou outras armas e objetos

que podem ocasionar lesões corporais a outros. Seria ilícito, imoral, e pecaminoso o uso de armas de fogo letais individuais se essas fossem usadas para um propósito ou intenção ilícitas que acarretassem danos que não fossem necessários ou que não fossem feitos por legítima defesa.

O doutor angélico diz que é ilícito matar por legítima defesa se não se está revestido de autoridade pública, mas sabemos que todos os homens, não somente a autoridade pública em si, que são a polícia e o exército, são responsáveis pela segurança pública e preservação da própria vida bem como a de todos. Uma nação que tira essa responsabilidade e o direito do cidadão de proteger a si e a outros está em sério risco de falência, bem como da extirpação dos direitos individuais do homem bem como o da legítima defesa por meio de armas de fogo.

1.2 Armas e o cristianismo

João Doria prefeito de São Paulo disse em uma entrevista que: “por uma opção cristã” (YOUTUBE), ele é contra até armas de brinquedo. E também não deixa de manifestar seu ódio às armas mesmo tendo a sua volta guardas armados: “eu odeio armas.” (ibidem) disse o prefeito.

Com tal afirmação vem a seguinte interrogação: o uso de armas e o seu porte legal vai contra os valores cristãos? Jesus em um dado momento não pediu para os seus discípulos comprarem espadas (LUCAS 22, 36), e ele mesmo não fez um chicote (JOÃO 2,15) expulsando os vendilhões do templo que usaram do espaço sagrado para comércio?

Como visto, armas e o cristianismo não se contrapõem quando falamos de pessoas honestas de bem armadas. Agora, quando se fala de armas nucleares é claro que a situação se torna outra, e em relação às armas de destruição em massa a Igreja Católica se posiciona claramente contra e diz que o desarmamento das nações deve acontecer em ambas as partes de modo conjunto. Fica claro que o desarmamento dito é das armas nucleares de destruição em massa e não da posse individual de armas de fogo. Sobre tal manifesto a respeito das guerras nucleares e da corrida armamentista se encontram no **Compêndio da doutrina social da Igreja** (2005).

O grande erro de muitas pessoas é de pensarem que as armas dos bandidos vêm das mãos das pessoas que tem o porte de arma legal e que a todo o momento elas são roubadas. Isso é uma farsa, tal pensamento é muitas vezes induzido pela mídia que informa de maneira desonesta e de forma dramatizadora alguns casos de mortes acidentais com armas de fogo.

1.3 Ainda sobre a legítima defesa: o caso inglês

Sobre a legítima defesa nos séculos medievais na Inglaterra, Malcolm (2015) afirma que “Se fosse confirmado que o acusado agiu em defesa própria ele era perdoado” (p. 33), deixando claro que a legítima defesa era um direito garantido aos ingleses em tal época e poucos a questionavam.

Falando das épocas antigas da Inglaterra sobre o direito do porte de armas e da legítima defesa a autora afirma: “Para proteger sua vida evitar qualquer crime, um inglês estava livre para infligir até mesmo uma ferida mortal em um suposto criminoso” (ibidem, p. 116), deste modo se vê salvaguardado o direito natural à legítima defesa.

Infelizmente, as leis da Inglaterra, muito semelhantes às do Brasil, mudaram totalmente, aquilo que era um total direito se tornou totalmente um crime: “Mesmo quando um indivíduo usava um instrumento para salvar sua vida quando nenhuma outra ajuda estava disponível, ele tinha grandes chances de ser processado”. (ibidem, p. 182). Basta lembrar-se dos inúmeros processos judiciais que policiais e cidadãos de bem sofrem pelo simples fato de terem usados armas ou não para sua legítima defesa. É a inversão dos valores e conceitos. Os direitos mais básicos estão sendo tirados e muitas vezes sendo condenados por leis contrárias a virtude da justiça. Há algo muito errado nessas leis que protegem os injustos e condenam os que usam de justiça na legítima defesa.

E continua a professora agora em um caso recente da Inglaterra moderna onde, pelo o que será visto, não existe o direito da legítima defesa por meio de armas, pelo contrário, muitas vezes é considerado um crime tentar defender a própria vida mesmo que por uma arma de brinquedo: “A mera ameaça de se defender poderia ser considerada ilegal, como descobriu uma senhora idosa. Ela conseguiu assustar uma gangue de ladrões ao dar um tiro falso de um revólver de brinquedo, e foi presa pelo crime de amedrontar alguém com o uso de uma imitação de arma de fogo.” (ibidem, p. 182). Veja-se que, nem mesmo pessoas incapazes fisicamente de se defender, são presas pelo simples fato de tentarem salvar suas vidas através do uso de armas de fogo e como nesse hilário caso, com armas de brinquedo, tal realidade reflete hoje a situação brasileira onde a legítima defesa praticamente se tornou um crime.

Nem mesmo os policiais podem realizar com tranquilidade seu sagrado ofício de manter a ordem e a paz pública porque provavelmente serão indiciados por estarem violando os supostos ‘direitos humanos’ dos marginais ao usarem de força letal contra eles, mais uma

vez, isso tudo é a consequência da inversão dos valores e direitos tão comuns desde os tempos mais antigos.

E Malcolm (2015) conclui sobre essa história da senhora, bem como de outros casos semelhantes: “Esses casos, que parecem negar aos indivíduos o direito de usar uma força letal, mesmo que acidentalmente, em defesa própria, perturbam e deixam perplexos os estudiosos da lei.” (p. 185.), e continua mais adiante: “Resumindo, o povo inglês conseguiu o pior dos dois mundos. A autodefesa foi severamente desencorajada. [...] Mas a sociedade falhou em sua obrigação e os deixou à mercê dos criminosos”. (p. 193).

1.4 O dever do povo: defender sua nação conjuntamente com a autoridade pública

Para tal dever do povo de defender a nação a especialista, Malcolm, diz que:

A expectativa de que cidadãos comuns devem ajudar a manter a paz, e a generosidade da lei em permitir que usem força letal, se necessário, para tal objetivo se tornou mais clara com o passar do tempo. E da mesma forma, a opinião de que alguém atacado por um criminoso não teria necessidade de fugir antes de recorrer ao uso da força letal. Ambos os conceitos foram unidos pela tarefa do indivíduo de prevenir um crime. (ibidem, p. 37-38).

E continua a professora:

Direito de todo indivíduo leal de usar os meios necessários para evitar perigos graves à vida ou a um membro do corpo, e interferências sérias à sua liberdade pessoal [...] Onde há a tentativa de um crime conhecido contra uma pessoa, seja por roubo ou assassinato, a parte violentada pode repelir a força com força, e mesmo o servo que esteja a seu serviço, ou qualquer outra pessoa presente, pode intervir para evitar prejuízos; e se a morte acontecer, esta intervenção será justificada. (DICEY, 1982, p. 346. In: MALCOLM, 2015, p. 38).

Nesta citação, se vê claramente a confirmação daquilo que se diz sobre a legítima defesa proporcionada na parte que se fala sobre o pensamento católico sobre tal tema. Sobre isso, é importante ressaltar essa característica da legítima defesa porque o que se vê no Brasil é que nem mesmo os policiais podem se defender ou de usar a violência para cumprirem sua missão de proteger a sociedade. Há certamente alguma coisa muito errada quanto à liberdade humana e a legítima defesa no Brasil tendo em vista que nem mesmo os primeiros responsáveis pela segurança, ordem e paz pública não têm o direito à legítima defesa pelos instrumentos mais cabíveis.

Os benefícios de se ter o direito de possuir e portar armas se vê claramente nas nações onde se preserva ainda esse valioso direito que deveria ser sempre assegurado principalmente por nações que se dizem democráticas.

Sobre tal direito e a sua boa consequência a professora diz: “Concluindo, no tempo exato em que o direito individual de possuir armas se tornava bem estabelecido, e em que as armas de fogo substituíram armas mais antigas, a taxa de homicídios continuou seu declínio acentuado. ” (Malcolm, p. 95), ficando claro que a presença de armas não aumenta consequentemente a criminalidade mas o contrário se vê: a paz é mais presente aonde as pessoas de bem estão protegidas e tem o direito de possuírem e portarem armas para sua defesa legítima.

Há uma conclusão magnífica de Malcolm que reafirma a argumentação: “Não há nenhum sinal em nenhuma das evidências nem nos números de homicídios, nem no uso registrado de armas de fogo nos crimes, e nem no tratamento do Parlamento para com os ingleses armados, de que o uso de armas de fogo aumentou o número de homicídios ou a criminalidade em geral”. E continua “... pelo contrário, a propriedade privada de armas para defesa pessoal e com propósitos constitucionais foi louvada e protegida”. (p. 96).

Um policial de uma cidade de interior certa vez disse: “é impossível tirar totalmente as armas das mãos dos criminosos, a prática e a experiência nos mostra isso”. Esse policial já havia vinte anos que estava na polícia.

A solução para tal desproporcionalidade seria: Armar os cidadãos de bem, que querem ter esse direito, ou seja, não é uma obrigação ter armas, é um direito, dando o devido treinamento que os torne aptos para serem verdadeiros guardiões da paz na sociedade assim como o foram os cidadãos ingleses até o final do século XIX.

A legítima defesa é um direito, isto já está claro, mais algumas considerações ainda são necessárias para que ainda fique mais justificada a situação. Malcolm diz que: “um homem tem o direito claro de ter armas em sua casa para se proteger. Um homem tem o direito claro de se proteger quando anda sozinho ou acompanhado de um pequeno grupo em alguma estrada onde esteja viajando para os propósitos comuns de seus negócios”. (p. 105), entretanto, continua a historiadora: “Nem todo cidadão precisa estar armado para que a detenção funcione. Só o fato de saber que algumas pessoas estão armadas, e de não saber quem são elas, faz que os criminosos hesitem na hora de cometer um crime violento”. (p. 249). E complementa deixando claro os benefícios das armas nas mãos de pessoas de bem: “Aqueles que se armam protegem a si mesmo e outros”. (ibidem, p. 250).

E sobre o direito dos ingleses portarem armas, e esse direito vale também para as pessoas de todo o mundo, há uma fantástica citação de Malcolm que diz:

Em 1689 a Carta de Direitos Inglesa elevou essa tarefa habitual “de possuir armas para sua defesa” a direito para a grande maioria dos ingleses. Na época da Revolução americana, juristas ingleses como William Blackstone¹ também passaram a ver esse direito como um dispositivo constitucional pelo qual as pessoas, *in extremis*, poderiam proteger todos os seus outros direitos. (MALCOLM, p. 17).

Segundo Blackstone, na obra de Malcolm, o jurista diz que:

O direito de possuir uma arma era considerado um direito auxiliar, no sentido em que apoiava os direitos naturais de defesa própria e resistência à opressão. Blackstone tinha bem claro para si que um homem não pode exercer seus direitos mais básicos se não puder se defender sem a ajuda de nenhuma força externa, e isso só é possível com o uso de armas. As armas, nesse raciocínio, são, acima de tudo, instrumentos de liberdade e garantias de direito. Esse pensamento é a base da segunda emenda à constituição americana. (2015, p. 57-58).

Em seu célebre livro, **Violência e Armas: a experiência inglesa** (2014), Malcolm nos dá uma citação de um caso de legítima defesa (p. 210) em que a pessoa que fez o uso devido desse direito acabou sendo condenada e sentenciada a prisão perpétua por acabar matando um ladrão e ferindo outro enquanto eles invadiam sua residência na fazenda. O nome do fazendeiro que foi preso, por fazer o que deveria fazer e o que segundo nossos direitos de legítima defesa previam fazer, era Tony Martin, e talvez ainda hoje se encontre preso.

Segundo a lei britânica, durante a invasão de sua casa em 1999, Tony deveria deixar que os ladrões roubassem sua casa e não fazer nada diante disso. Tony só poderia atirar ou se defender dos bandidos se ele antes levasse um tiro ou fosse agredido de outra forma. Há claramente uma violação das liberdades individuais em tais leis que impedem a legítima defesa tão necessária para preservação da vida e da segurança pessoal.

E Malcolm concluindo sobre o assunto analisando os anos de 1953 a 2000 na Inglaterra declara, “A Inglaterra se afastou de sua tradição constitucional e do direito básico aos súditos obedientes à lei de se defender: O aviso de Dicey, um século antes, provou-se profético: ‘Desencoraje os esforços pessoais e os súditos leais se tornam escravos de malfeitores.’”. (p. 212-213), de fato, hoje, a população brasileira se tornou escrava de seus malfeitores que são os criminosos em geral ,e colocam de joelhos até a própria polícia, que é

¹ William Blackstone foi um célebre jurista inglês do século XVIII que defendia fortemente o direito de todo cidadão inglês possuir e portar armas para sua defesa.

incapaz de defender a si e aos outros por não terem os meios adequados para tal, bem como toda a população que se encontra a mercê da bandidagem, se vê claramente que tal aviso, na citação anterior, realmente se realizou no Brasil e em outras nações. As pessoas estão presas e incapazes de se defenderem em suas casas e fazendas enquanto cada vez mais os criminosos estão soltos, vagueando pelas ruas afora com todo tipo e espécies de armas ilegais.

Não se pretende com isso dar uma visão pessimista demasiada da realidade, pois a realidade é exatamente a que foi exposta anteriormente.

A professora se indagando sobre as armas para a proteção pessoal, não no aspecto filosófico mais na praticidade, responde em seguida: “Mas as armas são úteis para proteção? Elas são claramente o único meio pelo qual os fracos podem se defender dos fortes, as mulheres dos homens, o homem sozinho de dois ou mais atacantes” (p. 237) e ela completa dando um dado surpreendente: “Em cerca de 98 por cento das vezes os cidadãos armados têm somente que ameaçar usar suas armas para parar o ataque. Ao contrário do que se costuma acreditar, os criminosos tomam a arma da vítima em menos de um por cento de todos esses confrontos.” (p. 237). Vendo assim pode parecer um exagero, mas na prática acontece realmente desse modo: a bandidagem ‘vaza correndo’, e uma expressão popular que diz que: ‘quando a presa está armada, o leão dorme com fome’, realmente se cumpre, quando se vê os casos bem sucedidos de pessoas devidamente preparadas e armadas que conseguiram escapar das mãos de seus algozes através da presença de uma arma de fogo.

Existem muitas histórias de casos onde as armas foram usadas de modo defensivo por cidadãos, só que os números sobre tal uso defensivo são quase impossíveis de haver uma precisão completa porque “a maioria dos usos defensivos de uma arma de fogo não são relatados para ou pela polícia. As estatísticas policiais registram quando uma vítima ou bandido são baleados, mãos não o número de vezes que a mera ameaça com uma arma de fogo assustou e afugentou um criminoso”. (MALCOLM, p. 238).

Por isso que muitos são contra as armas em geral, porque serão publicados nos jornais, e outras mídias os efeitos negativos das armas e não os inúmeros casos de uso defensivos com armas de fogo que salvaram e salvam vidas quando estão nas mãos das pessoas certas na hora e local certo.

E ainda sobre o direito de portar armas, Thomas Woods cita o Papa Leão XIII que fala a respeito da legítima defesa: “A lei divina, que é conhecida tanto pela luz da razão como pelo que a Sagrada Escritura nos revela, proíbe expressa e terminantemente que- fora dos casos de

proteção da ordem pública- alguém mate ou fira outro homem, a menos que seja compelido a fazê-lo em legítima defesa” (2014, p. 194).

E Malcolm continua acerca do assunto citando novamente o grande jurista inglês: “A defesa própria foi há muito tempo reconhecida como não somente uma, mas como a “lei primária da natureza”. Sobre isso Blackstone explicou: “a lei respeita as paixões da mente humana; e [...] torna legal à pessoa fazer por si mesmo a justiça imediata, para a qual seja requerida pela natureza e cujos motivos prudenciais não sejam fortes o suficiente para refreá-la. Ela considera que o processo futuro da lei é de forma alguma um remédio adequado para ferimentos acompanhados por força” (MALCOLM, p. 35) e mais a frente continua novamente citando o jurista: “As pessoas tem um direito natural à defesa própria, e Blackstone acreditava que nenhum governo poderia privá-las disso, já que nenhum governo poderia proteger o indivíduo em seu momento de necessidade, ‘alguém deve lembrar de que há muitos lugares onde a sociedade não pode estar, ou não pode estar a tempo’”. (MALCOLM, p. 250).

A sociedade em geral tem grandes objetivos, e dentre eles há alguns mais importantes no qual destaca Malcolm:

O principal objetivo da sociedade, afirmou William Blackstone, “é proteger os indivíduos no usufruto dos direitos absolutos, que lhes foram investidos pelas leis imutáveis da natureza”; Ele definiu esses direitos absolutos, aqueles direitos “grandes e primários”, como segurança pessoal, liberdade pessoal e liberdade privada. O primeiro de todos é a segurança pessoal. O grande jurista esteve sempre ciente de que ocasionalmente os direitos individuais são espezinhados, mesmo direitos grandes e primários, mas ele estava convencido de que a constituição Inglesa era suficientemente resiliente para restaurá-los. (MALCOLM, p. 251).

E deixando mais claro ainda, se caso não esteja para o leitor, a respeito do real direito do cidadão de portar armas, Malcolm diz que: “...o direito de cada um de portar armas para sua própria proteção em casos extremos, é um direito de natureza indelével e irrepreensível, e quanto mais se procurar reprimi-lo mais ele virá à tona.” (MALCOLM, p. 136). De fato, a respeito do final desta citação, assim acontece no Brasil onde os brasileiros cada vez mais discutem sobre esse direito tão reprimido na nação.

1.5 O direito de não se ter direito

Agora, se pode levantar uma questão bastante válida, que foi dita anteriormente, ainda sobre os direitos do homem.

Aqueles que não querem usar do direito à legítima defesa tem o direito de não terem esse direito, ou seja, em um caso extremo onde a vida está ameaçada, e se tem a oportunidade e os meios de reagir por legítima defesa, nenhuma pessoa está obrigada a fazer isso, como já foi discorrido, a legítima defesa é um direito e não um dever, há uma grande diferença entre os dois, se a pessoa tem esse ‘direito’ de se defender de um crime logo ela pode não querer se defender entregando livremente a sua vida para tal criminoso que queira imputar dano a pessoa. Todos têm o direito, ou seja, a escolha, de não terem direito a tal defesa legítima. E a questão da liberdade humana nas suas escolhas entra a tona quando se toma ou não a decisão de usar o direito da legítima defesa.

As pessoas que reagem por legítima defesa segundo os critérios citados anteriormente não estarão cometendo um ato errado por exercerem seu direito. Mas quando a vida de outras pessoas está sendo ameaçada, o direito passa a se tornar um dever, um dever de amor ao próximo, de respeito e reconhecimento, bem como compaixão ao próximo que sofre algum dano e se pode agir em prol de sua defesa. Em um caso extremo, e se tem as condições e meios necessários para tal atitude, é um dever obrigatório enorme salvaguardar a vida do próximo que se encontra em grave perigo de vida quando, por exemplo, sua vida é ameaçada por um agressor criminoso.

Más infelizmente as pessoas estão sendo desencorajadas a exercerem seus direitos e em certos casos até de seus deveres, onde frases feitas como ‘Não Reaja’ se espalham por todos os cantos. Para tal situação, Malcolm escreve sobre um pensamento bastante atual difundido especialmente pela grande mídia: “As pessoas não devem tomar ações pelas próprias mãos. Na verdade, elas têm mais chances de terminarem feridas ou de ferir alguém se tentarem tal resposta. Se temerosas por sua segurança elas devem chamar a polícia. Se testemunharem um crime não devem intervir, mas sim alertar a polícia”. (MALCOLM, p. 186). E sobre tal pensamento ela conclui uma verdade na modernidade: “Os deveres antigos da lei comum de proteger a si mesmo, aos familiares e aos vizinhos, a de intervir para impedir um crime foram vigorosamente desencorajados”. (ibidem).

Tal desencorajamento se difunde nas pessoas, e em especial nos países como no Brasil e Inglaterra onde os crimes violentos crescem cada vez mais e as histórias de pessoas que reagiram a um assalto salvando suas vidas e de outros não são noticiadas levando as pessoas a crerem que nunca se deve reagir a um agressor seja qual for a circunstância.

Não se pretende com isso dizer que em todos os casos se deve reagir a um determinado ato criminoso, más que, em certas ocasiões se faz necessário usar de tal direito.

Sobre a falta de noticiabilidade, dita a pouco, bem como a manipulação das notícias sobre acidentes com armas de fogo por parte da mídia acerca dos casos bem sucedidos de legítima defesa com armas se há de ver no capítulo que se segue.

II. A RELAÇÃO ENTRE A MÍDIA E AS ARMAS DE FOGO

Ao deixar de cobrir as histórias em que ninguém é morto, a mídia exagera nos riscos do uso defensivo das armas. Eles criam a falsa impressão de que a arma é frequentemente disparada e de que tanto o agressor como a vítima acabam sendo feridos ou mortos”. (LOTT, 2015, p. 53).

A mídia e as armas: porque a mídia em geral é propensa a adotar o discurso desarmamentista? Como visto anteriormente, o direito da legítima defesa por meios de arma de fogo é um direito do homem que sempre existiu na história da humanidade, porém, nos dias modernos, esse direito vem sendo questionado e retirado em algumas nações de tal forma que praticamente se tornou um crime aquilo que antes era assegurado como direito natural sem o qual não se tem outros direitos: o da legítima defesa proporcionada com armas de fogo letais que visam a segurança daqueles que a portam.

E grande parte dos discursos e debates são promovidos pela grande mídia que em sua maioria são de tendências esquerdistas, no qual ideologias permeiam e crescem por entre as meias-verdades, levando assim, a conclusões erradas.

Em síntese, a mentalidade desarmamentista atual é: a conclusão de algumas premissas falsas ou que se baseiam em equívocos e erros resultando em uma falácia, ou seja, uma conclusão infundada.

Na contemporaneidade, essa mentalidade falaciosa é difundida com força total, especialmente pela indústria jornalística que na sua maioria se posiciona a favor do desarmamentismo, em síntese, a grande mídia é contra as armas em geral, e em particular, contra o direito dos cidadãos honestos possuírem e portarem armas de fogo para sua segurança pessoal. Sobre isso Quintela e Barbosa dizem: “...a mídia brasileira é majoritariamente de esquerda. A esquerda, ideologicamente falando, é defensora de políticas de restrição ao armamento e de controle exclusivo da força letal pelo Estado”. (2015, p. 48).

É por isso que a maioria das informações que chegam as pessoas não é que sejam mentiras, mas que são tendenciosas na sua grande maioria além de ocultar muitas vezes o outro lado da moeda, levando as pessoas a crerem que não existem benefícios em armas nas mãos de cidadãos honestos.

Faz-se necessário afirmar desde o princípio que, notícias ruins vendem mais, assim acontece na indústria das informações que é a mídia com tantas informações ruins sendo divulgadas sobre acidentes com armas de fogo, terrorismo, etc. Não se enxerga muitas vezes os benefícios das armas que passam despercebidos. A fábrica da mídia se tornou em uma indústria do terror.

Em resposta à pergunta inicial, a mídia é propensa na sua maioria adotar o discurso armamentista porque ela é de linha esquerdista, socialista-marxista, e essas ideologias na história da humanidade e ainda nos tempos atuais, tiraram e arrancam as armas das mãos da população para que tenham total domínio sobre elas. E esse é apenas um dos vários direitos que são tirados das pessoas. Assim se vê nos países onde a ditadura comunista reina ou que começou a ter domínio sobre uma determinada nação. Exemplos existem vários, e serão citados com mais exatidão no último capítulo do presente trabalho.

2.1 Falso alarmismo dos jornais

Talvez não seja a intenção dos jornais e outras formas de mídia criar pânico nas pessoas, ou pelo menos certo pessimismo em relação às armas, mas acabam fazendo ao noticiarem alguns raros acidentes envolvendo armas, as pessoas ficam com medo e acabam acreditando que realmente, afinal, é um risco grande que não deve ser assumido o fato da população possuir e portar armas legalmente. Para esse excesso de pessimismo alguns dados e fatos ajudam e fazem o questionamento nas mentes a respeito desse suposto perigo como diria a mídia, altos números, índices e acidentes com armas, e quando determinado acidente se envolve crianças, é então dobrado o alarmismo.

Sobre isso, Quintela; Barbosa dizem: “Assim, continuam sendo mais perigosas as atividades de andar de bicicleta, limpar a estante, nadar e dirigir do que possuir uma arma em casa”. (2015, p. 96). Parece ser exagerada essa afirmação, porém na realidade é assim que acontece, morrem mais crianças afogadas, acidentes de trânsito, quedas, do que com armas de fogo.

Se a taxa de acidentes mortais com armas de fogo é tão baixa (1,4%) porque então se criou e se faz esse alarme enorme na sociedade por parte da mídia e outras entidades que se declaram “da paz”? Porque toda essa preocupação? A mídia quer matéria, e polêmicas, as tragédias e mortes desse tipo (acidentes com armas de fogo) são ótimas para jornalistas tendenciosos e sensacionalistas.

Devemos ter mais medo de andar de carro ou de andar de bicicleta do que com armas de fogo. No caso Americano, e isso também vale para o Brasil: “Mais do que o dobro de crianças morreram afogadas na banheira ou por ingerir venenos presentes na casa do que por acidentes com armas”. (MALCOLM, p. 236).

Assim dizia Joseph Goebbels, ministro da propaganda nazista de Hitler, em sua frase que se encaixa no cenário atual sobre o tema das armas: “Uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”. A frase em sua essência é falsa pois a verdade continua sendo verdade mesmo se ninguém adira a ela ou que ela não seja divulgada, mas não entrando no mérito da questão, a frase faz sentido quando se analisa a mentalidade das pessoas acerca do assunto desarmamentismo, as pessoas passam a acreditar em uma mentira como se fosse verdade por causa da grande propaganda que é feita, a mentira desarmamentista se torna uma verdade nas mentes das pessoas que só escutam os dados fajutos e a falácia da boca da maioria dos jornalistas brasileiros.

E é verdade o que o economista diz: “Não é provável que as pessoas mudem suas posições contrárias às armas quando um único fato novo é introduzido, porque essa nova informação é meramente uma gota em um balde, submersa por completo em todas as outras informações que circulam sobre armas.” (LOTT, p. 26).

É como uma vacina que é injetada nas pessoas aos poucos. As várias informações ou notícias falaciosas com meias-verdades vão se concatenando na mente das pessoas de tal modo que a verdade real sobre as armas, o direito de possuí-las como legítima defesa e previdência contra crimes que prejudicam sua segurança, fica escondida ou apagada.

Tal trabalho de vacinação com a vacina desarmamentista se dá na sua maioria pela grande mídia, que ao ocultar e não noticiar os casos de vidas salvas através do uso de armas por legítima defesa se cria a impressão errada nas pessoas noticiando apenas os poucos casos em que as armas foram usadas em crimes, acidentes domésticos ou tragédias, e confirmando tal afirmação Lott diz: “Somos inundados com notícias ruins sobre as armas e raramente ouvimos sobre seus benefícios.”. (p. 26).

Basta olhar os jornais impressos ou televisionados no Brasil e o pessimismo toma conta de quem os assiste com tantas notícias negativas, e mesmo assim a maioria dos brasileiros consideram ter o direito de possuírem e portarem armas de fogo para a sua defesa pessoal e de suas famílias como mostra o referendo realizado em 2005 sobre a revogação do Estatuto do Desarmamento do Brasil.

Porém, ainda há esperança, as informações mesmo que sendo “uma gota em um balde” como diz Lott em um pouco de pessimismo, a verdade por si só é evidente, clara, concisa e por sorte, também convincente de tal modo que ao ser anunciada e revelada muitas mentes se abrem para a realidade e para a verdade real sobre o desarmamentismo descobrindo então as falácias, meias-verdades e falsos silogismos escondidos no discurso anti-armas.

2.2 As armas na mídia

Tendo em vista que “78% dos jornalistas querem mais regulamentação.” (LOTT, p. 35) a maioria das notícias, para não dizer todas, sobre armas serão de casos onde as armas foram usadas levemente. Tais notícias em grande parte serão pautadas em discursos sentimentalistas em excesso. Raramente se verá alguém apoiando a restrição das armas fazendo referência a algum estudo sério sobre o assunto, sobre isso Lott conclui: “O debate sobre as armas acontece, em muitos aspectos, sem nenhuma referência as evidências”. (p. 17).

Malcolm, em um dos capítulos de seu livro se dedica a análise do caso americano e concorda com a afirmação de que a maioria da mídia é a favor do controle das armas, ou seja são a favor do desarmamentismo: “De acordo com os historiadores Lee Kennett e James LaVerne Anderson, três quartos dos jornais impressos da nação e a maioria dos impressos periódicos apoiam o controle de armas. Eles destacam que na década de 1960 os diários urbanos de grande circulação, incluindo o New York Times, (outros jornais) emitiram pedidos repetidos por leis novas e mais severas, e as revistas populares concordaram, com poucas exceções”. (p. 308).

A grande mídia em geral sempre irá apresentar as armas no seu fator negativo se esquecendo dos seus benefícios para as pessoas, criando nas pessoas uma imagem errada e tendenciosa das pessoas acerca da presença e uso de armas em crimes. E sobre esse impacto na mentalidade das pessoas Lott disse “Ainda assim, qualquer que seja o impacto de tal cobertura jornalística na segurança, está claro que a decisão de cobrir apenas os crimes cometidos com armas – e não os crimes impedidos por elas – tem um impacto real nas percepções das pessoas sobre as armas”. (p. 40). E continua o economista: “Qualquer que seja a motivação para esta falta de equilíbrio nas redes, o bombardeio constante de notícias ruins sobre armas tem um impacto na visão das pessoas”. (p. 64). E para concluir sobre como a mídia manipula as opiniões: “Os estudos que a mídia produziu representam apenas um pequeno recorte de como a mídia afeta nossa visão sobre as armas”. (ibidem, p. 45).

Sobre tal cobertura jornalística negativa o autor afirma que:

A cobertura jornalística ao redor do mundo foca somente nas coisas ruins que acontecem com as armas, tais como os tiroteios em escolas públicas ou o ataque do *sniper* na área de Washington, D.C. O enigma é por que os casos dramáticos em que as pessoas utilizam armas para salvar vidas quase nunca são cobertos. Alguma diferença de tratamento é compreensível. Corpos mortos são mais noticiáveis do que pessoas que mostraram a arma e espantaram os criminosos. Corpos mortos de vítimas inocentes são

provavelmente mais noticiáveis do que corpos mortos de criminosos, mas é muito suspeito o comportamento da mídia quando já está cobrindo uma história e escolhe deixar de fora o modo pelo qual o crime foi parado. (p. 272).

Vê-se aqui claramente que o problema da mídia está na omissão e não na transmissão de alguns casos e de informações importantes que muitas vezes são deixadas de lado porque tais informações “não vendem”. Realmente, é bastante suspeito tal comportamento de omissão dos casos onde as armas salvaram vidas inocentes.

2.3 A mentalidade sentimentalista: excesso de pessimismo

A mentalidade dos jornais, como dito anteriormente, é como uma indústria onde histórias ruins vendem sempre mais que as boas. É a indústria do terror onde, segundo Lott “A mídia tem uma inclinação natural para relatar somente eventos dramáticos, os que são “notícia”, enquanto ignora eventos potencialmente trágicos, que não se enquadram nessa categoria.” (p. 35) e em uma simples comparação Lott continua: “Colocando de uma forma diferente, acidentes aéreos recebe cobertura da mídia. Decolagens e aterrissagens de sucesso não.” (p. 36).

Continua o PhD em economia Lott:

“Por exemplo, ainda que menos do que um em cada mil usos defensivos de armas resulte na morte do agressor, noticiabilidade significa que a mídia cobrirá apenas os casos mais sangrentos, onde o agressor é sempre baleado, e geralmente morto. Ferimentos são aproximadamente seis vezes mais frequentes do que mortes, mas ninguém consegue ver isso a partir das histórias que a mídia decide cobrir”. (p. 36).

Tendo em consideração o que foi dito acima, então não se deve levar muito a sério tudo o que se vê e se escuta nos jornais que têm essa tendência de dramatização dos casos. “Certos eventos serão certamente considerados mais “noticiáveis” do que outros: um corpo morto ganhará mais atenção do que uma pessoa ferida, que por sua vez ganhará mais atenção do que a simples exibição de uma arma, seguida pela fuga do criminoso”. (LOTT, p. 53).

Se vê nessa citação, que o uso de apenas uma palavra pode alterar totalmente o decurso de uma notícia ou de uma afirmação enganosa, quando, por exemplo, se diz a mentira de que ‘frequentemente’ as armas são usadas de maneira errada por pessoas que tem o porte legal e legítimo delas quando na verdade não é frequente os acidentes com armas, pelo

contrário são raras as vezes em que as armas ‘se voltam’ contra as pessoas que as usam legalmente como mostra os estudos de Lott e Malcolm e de outros especialistas na área, em sentido inverso do que se afirma muitas vezes, os casos de legítima defesa, de vidas salvas apenas pela presença de uma arma na mão de um cidadão de bem são inúmeras. E sobre a presença de armas nas mãos certas Lott afirma: “Algumas vezes a mera ameaça de autodefesa com uma arma é suficiente para parar os criminosos.” (p. 19).

Agora se pode entender o porquê de tanto medo, pessimismo, sensacionalismo e sentimentalismo no meio de tantas pessoas, a culpa não se dá por inteiro pela mídia, mas ela tem grande parcela por ser a grande divulgadora dos casos extraordinários, muitas vezes colocados como ordinários, sobre isso Lott partilha da mesma visão: “Dada a cobertura especialmente negativa da mídia, o medo generalizado das armas é compreensível”. (p. 110).

2.4 A mentalidade manipuladora: terror e manipulação da mídia

A mídia “teve um papel principal ao criar o pânico sobre os crimes nas ruas, mesmo quando a onda de criminalidade já estava em declínio.” (MALCOLM, 2014, p. 135). Isto atesta a opinião de que a mídia sobrevive de tragédias e da desgraça alheia e ainda manipula os fatos levando as pessoas a pensamentos errôneos e neste caso ao falso alarmismo contra as armas de fogo. É o que faz atualmente a mídia brasileira que demoniza as armas como se elas tivessem vida própria. E sobre a distorção da realidade feita pela mídia Malcolm afirma que: “Nem pela primeira nem pela última vez, a atenção da imprensa havia criado uma impressão contrária ao estado real das coisas”. (p. 163).

Lott analisando e estudando a conjuntura das armas e a sua noticiabilidade de como o uso defensivo é raramente exibido na mídia dos Estados Unidos, ele afirma: “O uso defensivo de armas geralmente recebe no máximo uma história. Na ocasião, repórteres me procuraram para discutir os riscos de se ter uma arma em casa, e a questão se tornou inevitavelmente sobre a morte acidental de crianças por armas”. (2015, p. 65).

A palavra ‘risco’ tão querida pelos desarmamentistas aparece novamente e sempre como uns dos argumentos mais usados por eles para defender suas posições. Lott responde a essa argumentação, que usa o fator potencial do risco, para dizer a favor do desarmamentismo. O especialista se indaga a respeito disso: “Mas não está claro para mim por que esse tipo particular de morte (acidentes mortais de crianças com armas) consegue tanta cobertura noticiosa, quando há tantas outras maneiras pelas quais crianças são mortas – e

em números muito maiores. (acidentes mortíferos de crianças envolvendo piscinas, brinquedos, carros etc. são mais números do que com armas de fogo) A resposta que os membros da mídia geralmente me dão é que histórias sobre crianças morrendo por causa de armas são cobertas exatamente porque são tão raras. Geralmente eles citam o velho adágio de que histórias ‘Homem Morde Cachorro’ são muito mais atraentes do que histórias ‘Cachorro Morde Homem’”. (2015, p. 66).

E sobre esse ‘amor’ exagerado da mídia pelos casos dramáticos e raros de acidentes, mesmo na idade média, Malcolm em seu livro diz, a respeito dessa era medieval: “Claramente, esse período não era diferente do nosso em sua fascinação pela violência [...] Os conflitos entre as pessoas que respeitavam a lei e os criminosos se transformavam em publicações horripilantes, mas que entretiam muitos”. (MALCOLM, 2014, p. 29). Tal entretenimento é o que ainda alimenta a mídia atual.

Sabe-se que nos EUA acidentes domésticos mortais envolvendo crianças com piscinas, venenos, brinquedos e até camas são mais frequentes do que acidentes com armas de fogo como enuncia Lott: “...camas de adultos, tiram mais vidas de crianças. De 1999 a 2001, (Nos EUA) 41 crianças com menos de cinco anos de idade morreram em camas de adultos ao serem pressionadas entre colchões ou no vão entre o colchão e a parede ou a cabeceira”. (p. 80).

E sobre o pequeno número de mortes acidentais com armas de fogo Lott afirma : “O pequeno número de mortes acidentais com armas nunca é discutido, e a defesa própria também nunca é mencionada.” (p. 81) afinal, se se fazer uma análise das histórias em jornais sobre o uso defensivo com armas, talvez daria para se contar nos dedos quantos são noticiados em relação aos casos raros de acidentes tão divulgados..

E mesmo assim a cobertura jornalística de acidentes de armas é muito mais frequente do que tais acidentes citados acima. Fica clara a evidência de que na mentalidade jornalística há um viés ideológico, tirânico e manipulador aonde as pessoas são como que forçadas a acreditarem que só existem males no direito de portar armas. Tais ideologias são propagadas aos poucos e crescem em meias-verdades. As pessoas estão desacreditadas e manipuladas principalmente pela mídia acerca do direito à legítima defesa por meio de armas de fogo.

A falta de proporcionalidade na noticiabilidade dos jornais a respeito das armas de fogo se vê claramente no exemplo seguinte: “Histórias noticiosas sobre quedas de aviões geralmente tentam tranquilizar os leitores ou espectadores ao relatar que as viagens aéreas são muito mais seguras do que as rodoviárias. Mas a mídia não tenta tranquilizar os leitores ou

espectadores sobre as armas, lembrando-os de quão importante elas são para sua defesa própria.” (LOTT, 2015, p. 66).

Em uma simples pesquisa do conteúdo principal dos nossos jornais brasileiros e se verá o porquê desse fascínio pela violência. A mídia se sustenta em polêmicas e as pessoas gostam de conhecê-las, logo, os jornais vão noticiar aquilo que é extraordinário, que são os acontecimentos desastrosos, porque faz mais barulho uma árvore que cai do que uma floresta que cresce. Aquilo que é de mais incomum é mais noticiável do que o comum, nunca será visto uma manchete falando que uma família que saia para viajar foi e voltou tranquilamente sem acontecer nada da ruim, mas uma família que saia de carro para viajar e teve um acidente fatal onde todos morreram de tal como que nem tivesse como ter sepultura, com veemência isso seria manchete em algum jornal local ou até nacional. O problema não está em anunciar tais tragédias que acontecem com carros, e com armas também, a questão é que ocultando o outro lado da moeda a opinião em geral é mal formada.

Tal evidência não é mostrada nas manchetes dos jornais e quase nunca ganha o espaço de um ‘cantinho’ de jornal, até porque o que não é tragédia e o que não é anormal não é notícia para os jornais.

Mais uma vez podemos afirmar que a mídia sendo maioria de esquerda se opõem as armas em pressupostos de ‘riscos’ em que na realidade não existem em nível tão alarmante. O jornalismo é a uma indústria que basicamente cresce com o terror e o medo: “É compreensível que em tempos de dificuldades as pessoas queiram proteger suas famílias. Elas pensam, incorretamente, que adquirir uma arma lhes permitirá fazer isso, quando na verdade estão colocando suas famílias em risco ao ter uma arma dentro de casa”. (LOTT, 2015, p. 15).

E completa:

Mas, infelizmente, esse debate é realizado na mídia apenas com histórias que evidenciam o lado negativo das armas. Muitos órgãos de imprensa começam seus artigos com tragédias para ilustrar a necessidade de alguma lei de regulação das armas. Certamente que as histórias ajudam a estimular as emoções, mas a questão real deveria ser o efeito líquido que as armas têm sobre a segurança. Com que frequência as armas são usadas por crianças para machucar outras crianças? Com que frequência as armas são usadas para salvar vidas? Exigir que as armas sejam trancadas salvará ou custará vidas? (ibidem, p. 17).

III. ARMAS: O PERIGO SOMENTE EM POTÊNCIA

Assim é a conclusão de uma mentalidade desarmamentista, que ignora totalmente a realidade, e se baseia na palavra ‘risco’ para ser contra as armas nas mãos de cidadãos de bem se esquecendo do direito que todas as pessoas tem de defender sua vida e de outros através dos meios materiais eficazes para a legítima defesa: Se as pessoas andarem armadas as chances e riscos de elas usarem as armas contra si próprias, contra sua família, ou até em uma briga por exemplo em um acidente de transito é muito grande, as armas de fogo são o meio mais usado em crimes em brigas, as armas são a maior causa de violência no brasil.

Geralmente acontece desse modo, a mídia pega um fato isolado e raro e com isso faz sua propaganda ideológica ‘pintando o diabo mais feio do que ele é’ como diz a famosa expressão. Nesse interim as pessoas acabam tomando conclusões precipitadas deixando-as um tanto cétricas quanto ao uso defensivo de armas levando elas a um pessimismo de leve quanto às armas de fogo, Lott alerta: “Assim como ignorar os riscos das armas pode colocar as famílias em perigo, exagerar nos riscos de se possuir uma pode assustar as pessoas e desencorajá-las a comprar armas para defender suas famílias e a si mesmas.” (p. 22).

Em uma análise séria e completa se há de ver a falácia na argumentação desarmamentista. No intelecto de uma pessoa normal, habituada a jornais, televisão e toda sorte de revistas e que se compactuou a essa mentalidade, a palavra ‘risco de morte’ relacionado às armas de fogo, é a argumentação base do desarmamentismo, é um pessimismo exacerbado. A mentalidade desarmamentista é a seguinte: se as pessoas usarem armas os riscos de se ter um acidente fatal e mortal é muito grande e que as armas matam a todo o momento.

Isso é noticiado a toda hora nos meios comunicativos com todo assombro, medo e desespero, levando a uma concepção errônea acerca das armas de fogo.

Sobre tais riscos, ou perigos potenciais, analisando a conjectura britânica, Malcolm afirma que: “a maioria dos homicídios ingleses eram cometidos no calor do momento”. (2014, p. 70), usando objetos que estão no campo de visão no momento da briga. Dizer que o risco de se ter armas que podem ser utilizadas de maneira errada em uma discussão no transito, não parece de forma alguma, um argumento que possa impedir os cidadãos de portarem o mesmo, de terem esse direito, até porque só estamos falando de riscos, ou seja, de algo que não acontece em ato, que só está em potência, e se olhar sempre para os riscos como fator importantíssimo na proibição ou não de algo o que falar então dos automóveis em geral? Por causa do risco se irá banir os carros? Com certeza não, porque se sabe que a necessidade é

maior que o risco, de certa forma acontece o mesmo com as armas. Sobre isso Malcolm confirma dizendo que: “Os homicídios com armas de fogo têm mais correlação com a posse de carros do que com a propriedade de armas”. (MALCOLM, 2014, p. 201).

Leis mais severas quanto aos crimes e políticas armamentistas resultam em um drástico e notável declínio na violência, crimes e homicídios como nos mostra o caso britânico no estudo feito pela professora Joyce Lee Malcolm. Depois dos anos de 1950, na Inglaterra, onde as leis começaram a proibir totalmente as armas para os cidadãos um ministro do Home Office, Alun Michael comemorou, “a Grã-Bretanha tem agora uma das leis de armamento mais severas do mundo.” (ibidem, p. 203), e será que com tais leis tão severas fez com que a Inglaterra se tornasse um paraíso de segurança? Não, hoje esta nação é uma das mais violentas da Europa Ocidental, e o aumento da criminalidade coincidiu com as aprovações de leis que impediram e impedem de um cidadão inglês ter o direito de se defender legitimamente por meio de armas de fogo.

Lott também constata esta realidade em seu estudo: “Na verdade, países como o Reino Unido e a Austrália têm visto o crime violento disparar depois da aprovação de proibições rigorosas e de penalidades para o uso defensivo de armas”. (p. 99) tal evidência é vista claramente na pesquisa histórica e sociológica da professora Joyce Lee Malcolm.

E em uma pitadinha de patriotismo americano saudável, típico dos estadunidenses, Lott acrescenta, para que os americanos não sigam os maus exemplos de países onde a restrição de armas para a polícia e para os cidadãos, junto com outros fatores, fizeram de suas nações mais as mais violentas durante os anos: “Os americanos podem tirar uma lição diferente dos fatos e torcer para que não nos tornemos como os europeus”. (Lott, 2015, p. 100).

Malcolm usa uma frase um tanto atraente para o campo filosófico, ela fala de um “perigo potencial para o estado” (2014, p. 136) concluindo sobre a preocupação exacerbada e a restrição a propriedade privada de armas de fogo feita pelos governos da Grã-Bretanha a partir do século XIX a respeito da criminalidade e conseqüentemente da violência associada à liberação das armas para os cidadãos ingleses. Em base desse possível perigo, ou melhor, desse perigo em potência, os governos sucessivos a partir do mesmo século começaram de forma lenta e com pequenas leis e emendas a restringir cada vez mais a posse de armas aos cidadãos ingleses, tais proibições e restrições culminou que nos tempos hodiernos o Reino Unido se tornasse um dos lugares mais violentos da Europa, com as leis mais rigorosas e

restricionárias do mundo a respeito do porte e posse de armas de fogo, tirando assim o direito à legítima defesa por meio da posse e porte de armas.

Novamente se vê um falso alarmismo e pessimismo a respeito das armas e o uso desnecessário de usar o argumento do ‘risco de ter armas’. A isso Malcolm declara citando o secretário do interior do Reino Unido que em 1937 que decidiu, em base desse potencial perigo que: “Como regra geral as requisições para posse de armas de fogo para proteção pessoal ou do lar devem ser desencorajadas com base no fato de que as armas de fogo não podem ser consideradas como um meio adequado de proteção e podem ser uma fonte de perigo.” (2014, p. 157).

Se as armas, no combate a violência, não podem ser um meio adequado como diz o secretário, o que seria então? Flores nas mãos dos bons cidadãos contra metralhadoras e fuzis nas mãos dos criminosos com poder de destruição capazes de penetrar carros blindados?

O argumento usado pelo secretário é o mesmo utilizado pelos desarmamentistas brasileiros atuais e de outras nações distintas, que ignoram a realidade de que na prática esse perigo não existe. Essa teoria se baseia mais no medo e pessimismo do que na realidade objetiva.

Existe um estudo sério e minucioso, baseado mais em fatores objetivos que subjetivos, pelo colunista, criminologista, e PhD em economia John Lott que analisa a violência e a sua relação com as armas nos Estados Unidos. Ele é um dos maiores estudiosos sobre criminologia do mundo, e no seu livro *Preconceito Contra as Armas*, ele mostra que esse alarme sobre os riscos de se ter armas não é necessário provando que a presença de armas nas mãos de cidadãos de bem e honestos diminui a criminalidade em geral mesmo se tais armas nunca sejam disparadas.

Sobre isso Lott analisando o caso americano conclui a respeito dessa realidade nos EUA: “O fato é que os estados que aprovam o porte oculto de armas curtas experimentam uma queda nos índices de assassinatos e de outros crimes violentos”. (2015, p. 90).

É do conhecimento de todos de que a maior causa de mortes no Brasil são os acidentes de trânsito, ou seja, matematicamente falando, o risco de se morrer em um carro é maior do que de se portar uma arma de fogo como evidencia os números, as pesquisas e estatísticas onde, por exemplo, no ano de 2012 morreram 46.052 pessoas (62%) em acidentes de trânsito, e para a surpresa dos desarmamentistas, com armas de fogo teve somente 1.045 mortes (1,4%). (Data SUS).

De fato, todo e qualquer objeto que possa ser usado em um crime é um risco, mas isso é só teoria, na prática se vê o contrário, as armas, quando usadas em legítima defesa em 95% dos casos nem são disparadas como mostra a pesquisa feita em 2002 por Jonh Lott Jr no qual é falada no seu livro **Preconceito contra as armas**. (2015).

E completa Quintela e Barbosa: “as armas, quando usadas por pessoas de bem, são instrumentos para salvar vidas, muitas vezes sem a necessidade de um disparo sequer”. (p. 47) Muitas vezes os bandidos saem correndo só de perceber que suas vítimas estão armadas como mostra os inúmeros relatos das ‘quase vítimas’. Tais acontecimentos não saem nas capas de revistas ou jornais. O jornalismo em sua maioria se alimenta de tragédias e de fatos raros e isolados para fazer suas notícias, e como diz o ditado da sabedoria popular, se não aumentar, não tem graça nenhuma.

Aquele argumento que diz que o risco de pessoas usarem armas em brigas de trânsito cai por terra olhando esta realidade: “O que essas pessoas poderiam fazer durante uma briga ou um acidente de trânsito? Temores de um banho de sangue, especialmente em estados maiores e densamente populosos, se provaram falsos. Em todas as décadas de experiência com leis que permitem o porte oculto de armas em um número crescente de estados, há apenas um registro único de incidente com o uso de uma arma curta legalizada em um tiroteio subsequente a um acidente de trânsito, e que depois foi considerado um caso de defesa própria”. (MALCOLM, 2014, p. 240).

As pessoas são as mesmas em todo o mundo, tal argumento em base nos riscos não vale para o brasileiro e nem para nenhuma outra nacionalidade. E é nesse sentido que se pode comparar nações como Brasil e EUA mesmo que os dois países sejam culturalmente distintos.

E para uma visão mais otimista da realidade de que as armas de fogo na sua disponibilização não aumentaram o crime, Malcolm afirma com clareza “Armas de fogo – mosquetes, espingardas e armas curtas- tornaram-se de uso mais comum no século dezesseis, quando os homicídios já estavam em declínio. De lá até 1920 não houve restrições efetivas à sua posse. As duas tendências se cruzam: os crimes violentos continuaram claramente a declinar ao mesmo tempo em que as armas se tornavam cada vez mais disponíveis”. (2014, p. 32).

3.1 A demonização das armas

Quem nunca escutou ou leu em alguma manchete ou jornal, seja televisivo ou impresso, a seguinte afirmação: ‘As armas matam pessoas’. Mas é claro que armas não matam pessoas, são as pessoas que matam pessoas, às vezes por meio de armas de fogo.

Realmente não se pode levar ao pé da letra a afirmação que em todos os sentidos é errada, mesmo que o objetivo dos jornais e jornalistas não seja afirmar tal grosseria, que de um objeto inanimado possa causar a morte por si só, essa sentença é um tanto perigosa porque de certo modo esconde a real causa das mortes por armas, as pessoas com más intenções, os assassinos em geral.

Com tal declaração, se joga todo o peso e a culpa nas armas, fazendo assim uma caricatura da realidade levando as pessoas a pensarem que o erro está no objeto do qual se cometeu o crime e não na pessoa que o cometeu.

Em um recente atentado islâmico na França, um terrorista do Islã, pegou um carro e dirigiu violentamente matando várias pessoas, qual foi a notícia depois desse atentado? Algumas manchetes logo escreveram que foi um furgão que matou várias pessoas em uma rua na França, desviando totalmente a culpa verdadeira de tal ato criminoso terrorista.

Semelhantemente notícias assim são feitas no Brasil em relação a crimes com mão armada levando a um errôneo pensamento das pessoas, deste modo a mídia demoniza as armas que na maioria das vezes são usadas para salvar e não para matar. E na maioria dos casos as pessoas “acreditam que as armas matam, simplesmente porque nunca lhes foi mostrado que as armas salvam vidas”. (QUINTELA; BARBOSA, 2015, p. 51).

E sobre tal uso defensivo das armas como salva-vidas Lott acrescenta, analisando a conjectura norte americana quanto as pesquisas feitas: “Assim, a pesquisa nunca registra que uma pessoa evitou se tornar uma vítima mediante uso defensivo de uma arma. Dados de outras pesquisas indicam que o uso defensivo de armas tem uma alta taxa sucesso, e geralmente impede os crimes em seu início” (2015, p. 70) e sobre o número alto de usos defensivos com armas nos EUA Lott chega a afirmar que existem milhões de usos defensivos que na sua maioria não são noticiados pelo simples fato de não ter acontecido nada pois a arma na mão certa evitou alguma tragédia.

Mais uma mentira a ser explanada: ‘As armas dos bandidos vêm de roubos de armas legalizadas, das mãos dos cidadãos’. É outra falácia a ser desmentida a afirmação da maioria dos desarmamentistas que defendem suas posições contra as armas porque eles têm a certeza

de que a armas dos bandidos, em sua maioria, vêm das mãos de cidadãos honestos que são roubados. Um erro fatal, más se fosse verdade como se explicaria que nos países em que a população quase toda é desarmada, nunca um ladrão encontra dificuldade em usar uma arma em um crime? Para isso atesta a especialista em história criminal da Inglaterra Malcolm que “armas de fogo registradas legalmente são quase nunca usadas em crimes sérios”. (2014, p. 195).

Segundo eles, para diminuir as armas das mãos dos bandidos basta tirar também as dos cidadãos que as tem de modo legalizado, tornando assim, ilegal as armas por meio de leis e estatutos. Essa é a principal premissa de argumentação que segundo os desarmamentistas justificam a necessidade do banimento de restrições quase totais das armas na sociedade. Nota-se claramente que nesse falso silogismo há erros em uma das premissas levando, logicamente, a uma conclusão errada.

Tudo começa afirmando erroneamente que as armas legalizadas dos cidadãos acabam parando nas mãos dos bandidos aumentando a violência criminal. Mas a maioria das armas dos criminosos vem de fora e de outros meios e não das mãos dos cidadãos como mostra a realidade, e isso é atestado, que mesmo em países onde a restrição é quase total os criminosos sempre conseguem armas de fogo com grande poder de destruição.

3.2 Relação de armas, crimes e violência

Até o século XIX, na Inglaterra, onde as armas e o direito de porta-las como legítima defesa estavam disponíveis para a população os “crimes cometidos com armas de fogo eram raros” (MALCOLM, 2014, p. 121) assim como os crimes em geral, eram sempre uma raridade.

Nota-se claramente a falta de lógica e de veracidade no argumento que se diz que uma maior disponibilidade de armas para a população acarretaria em um crescimento elevado de crimes violentos com o uso de armas de fogo. Dizer que os crimes cometidos com armas de fogo por cidadãos de bem são grandes é uma falácia por si só. A realidade seja qual for a nação atesta sempre o contrário, maior disponibilidade de armas para as pessoas de bem não acarreta necessariamente em um aumento na criminalidade, pelo contrário o índice de homicídio e de crimes em geral diminui.

E conclui Malcolm sobre essa evidência: “o número de armas não parece ter afetado as taxas de criminalidade, e nem ser afetado por elas, nem pelo longo declínio do século

dezenove e início do século vinte, nem pelo aumento repentino na década de 1930 e especialmente na de 1950.” (2014, p. 127) e “O século dezenove terminou com as armas de fogo plenamente disponíveis ao mesmo tempo em que as taxas de crimes armados haviam declinado e atingiam uma baixa recorde. Mesmo aqueles inclinados a exagerar sobre a criminalidade foram atingidos durante o século pelo baixo nível de violência.” (ibidem, p. 135). Continua a autora: “E apesar das armas estarem livremente disponíveis (até o final do século dezenove) acidentes com revólveres e tiroteios impulsivos eram raros, e o crime armado era mínimo.” (ibidem, p. 136).

Novamente o fator ‘faca de dois gumes’ aparece, Malcolm também concorda que as armas facilitam o crime, mais ela concorda mais ainda de que as armas legais nas mãos de cidadãos honestos pode ter ajudado no combate ao crime:

“Embora as armas tenham RARAMENTE contribuído para o crime violento, elas podem ter ajudado a colocá-lo em cheque ao deter possíveis ladrões e assaltantes. Em contraste, a violência cresceu conforme as restrições a armas de fogo e outras armas potenciais se tornaram mais severas. Conforme o número de armas de fogo legalizadas foi diminuindo, o número de crimes armados foi aumentando. As armas nas mãos dos ingleses comuns e cumpridores da lei eram raramente usadas com propósitos criminais.” (ibidem, p. 166-167).

Para os que dizem que as armas dos bandidos vêm na sua maioria de armas legalizadas dos cidadãos eis uma afirmação conclusiva de Malcolm quando se trata e analisa com precisão o arsenal bélico dos criminosos mesmo com leis bastantes restricionárias ao longo do século XX, “Oitenta anos de controle sobre o armamento se mostraram ineficientes em eliminar e mesmo em reduzir substancialmente esse arsenal [...] As armas curtas estão banidas, mas o reino tem milhões de armas ilegais. Os criminosos não têm trabalho para encontra-las”. (2014, p. 206).

3.3 Armas, pessoas de bem, homicídios

Eis a verdade dita pela PhD em historia comparada: “...os registros criminais mostram que os homicídios com armas de fogo não são obra de pessoas pacíficas em um momento de raiva, mais sim que 90 por cento dos adultos assassinos possuem registros criminais anteriores [...] Esses não são ‘caras obedientes à lei’. Os assassinos juvenis, bem como a maioria de suas vítimas, também possuem antecedentes criminais”. (MALCOLM, 2014, p. 234).

Quando se fala para as pessoas da probabilidade de elas terem armas na sua disposição para se defenderem legalmente, um levantamento sempre é feito dizendo que se as armas forem mais disponíveis, e se as pessoas andarem mais armadas os crimes irão aumentar mesmo pelas mãos de pessoas que são aparentemente ‘pacíficas’. O estudo de Malcolm prova o contrário, pessoas de bem raramente cometem crimes violentos, o que diz a pesquisa de Malcolm citada acima é que a maioria dos assassinatos são cometidos por pessoas que tem uma ficha criminal extensa ou não. Ou seja, essas mortes violentas são na sua maioria feitas por criminosos e não por cidadãos de bem. E em dado instante a professora afirma que “A maioria dos assassinatos em família são precedidos por uma história longa de violência”. (MALCOLM, 2014, p. 235).

Outro fato interessante é que as vítimas, segundo Malcolm, são na sua maioria pessoas com antecedentes criminais. E em outro momento a autora afirma que a maioria dos crimes realizados com armas na Inglaterra são cometidos por disputas de gangues rivais com envolvimento de drogas na maioria das vezes.

IV. A MENTALIDADE TIRÂNICA

Em um seriado bastante famoso, *The Walking Dead*, lançado alguns anos atrás pela *Fox Television*, mostra um drama sobre as armas que não pode passar “em branco”.

The Walking Dead é uma série sobre um apocalipse mundial onde zumbis aparecem e dizimam a humanidade quase por completo, em um dado momento da trajetória de um grupo de sobreviventes que tentam a todo momento sobreviver e encontrar um abrigo seguro contra os terríveis zumbis, eles encontram um refúgio onde já vivem várias pessoas que vivem tranquilamente sobre a regência de um chefe supremo, o Governador, que depois se mostra mais como um tirano ditador do que um chefe propriamente dito, em um condomínio fechado que fora abandonado após a catástrofe global e que desde então fora usado como refúgio para sobreviventes, só que dentro desse condomínio existem algumas regras um tanto particulares, e é então que entra o debate sobre as armas.

Existia um bom número de pessoas e famílias nesse abrigo que antes da chegada de um determinado grupo de sobreviventes, no qual se desenvolve a trama do seriado, viviam em paz sem que a maioria deles precisassem se preocupar em andar armados o tempo todo por medo dos zumbis, até porque para se viver nesse abrigo era necessário uma certa restrição as armas de fogo que eram utilizadas somente por aqueles encarregados de protegerem as entradas do condomínio, os demais não tinham acesso as armas.

Em um dado momento, esse grupo de sobreviventes comandados por Rick, perambulando pelas cidades e florestas em busca de um refúgio encontram esse abrigo. Quando quiseram entrar nele para poderem viver lá, fora logo colocado uma condição para a entrada do novo grupo “me dê as armas”, foi o que disse o Governador, e sem essa condição não poderiam entrar no abrigo. Relutaram muito, mas por fim aceitaram pois estavam todos desesperados por comida, água e moradia.

Talvez, no começo fosse uma boa ideia, mas depois de um tempo essa restrição começou a gerar muita desconfiança no grupo de Rick que se sentiam totalmente desprotegidos contra uma eminente ameaça que os cercava, uma invasão zumbi, e pior do que isso, de caírem nas mãos tiranas do ditador da comunidade que era o Governador.

As armas eram o único meio de defesa no qual estavam seguros contra os zumbis e até de humanos com más intenções, eram elas o meio de legitima defesa que possuíam para resguardar suas vidas e a de outros a sua volta e fora retirado esse direito primordial deles.

Enfim, depois de várias situações e desentendimentos, no meio da briga entre os grupos, o pior acontece, esse abrigo é invadido por zumbis que massacram as pessoas que lá viviam e só se salvaram do grupo de Rick aqueles que de alguma maneira recuperaram algumas armas que salvaram suas vidas e que ajudaram eles a saírem desse abrigo e procurarem outro lugar para se esconderem e sobreviverem.

Lógica da história: políticas desarmamentistas não resolveram, não resolvem, e jamais resolverão problemas de criminalidade e violência em uma nação sejam quais forem as circunstâncias. Não baseando apenas nessa história para sustentar essa posição, mais simplesmente a própria realidade já nos garante essa verdade.

A tão amada nação brasileira é prova disso, o que aconteceu com a criminalidade, violência, e homicídios em geral por armas de fogo após o Estatuto do Desarmamento aprovado em 2005? Os que eram a favor do Estatuto presumiram que iriam diminuir os números de mortes violentas e que sua tese “menos armas, menos crimes” seria verdadeira, falharam, e foi provado mais uma vez a falácia do desarmamentismo.

Contrário as expectativas dos desarmamentistas, a violência e as mortes em geral desde o então Estatuto do Desarmamento só aumentaram como podemos ver nas pesquisas realizadas em 2012. De 2004, ano que entrou em vigor o Estatuto do Desarmamento, a 2012, o número total de homicídios no Brasil aumentou de 48.374 em 2004 para 56.337 em 2012 (MAPA DA VIOLÊNCIA).

Sobre isso concluem Quintela e Barbosa (2015, p. 134):

“... desde 2003 o brasileiro não pode andar armado, e mesmo assim, [...] o número de homicídios cometidos com armas de fogo só tem aumentado. Como todo tipo de regulamento, a proibição do porte de arma não afetou os criminosos, mas somente os cidadãos ordeiros, respeitadores da lei. Esse é o destino de todos os esforços desarmamentistas: tirar a capacidade de reação das pessoas e submetê-las tanto ao Estado como aos criminosos.”

O que tem nos mostrado também nessa história é que pensamentos e decisões contrárias ao direito de legítima defesa por meio de armas de fogo são típicos de governantes tiranos e antidemocráticos que tentam a todo custo tirar das mãos dos cidadãos de bem um direito que sempre existiu em países que querem uma nação segura e pacífica. Eles querem todo poder para eles, por isso as tiram dos seus cidadãos.

Analisando o banimento de armas no Afeganistão Lott percebeu que nesse país “Quando o Talibã tomou o país durante a década de 1990, uma de suas primeiras ações foi desarmar os cidadãos.” (2015, p. 102) Mostrando claramente de onde vem e o porquê de tal

mentalidade desarmamentista, onde em tal nação, os cidadãos ficaram totalmente indefesos, desprotegidos e incapazes de agirem por legítima defesa por não terem os meios materiais para tal, ou seja, não tinham armas.

Dizia o ditador Mao Tsé Tung “Todo o poder político vem do cano de uma arma. O partido comunista precisa comandar todas as armas; desta maneira, nenhuma arma jamais poderá ser usada para comandar o partido”. (In: QUINTELA; BARBOSA, 2015, p. 27) Agora ficou claro, vindo da boca daquele que tirou de muitos vários direitos inclusive o da propriedade de armas e Lott reitera: “Mesmo nos países mais totalitários os criminosos conseguem obter armas”. (2015, p. 13).

Fica claro então que políticas desarmamentistas só tiram as armas dos cidadãos de bem e não dos bandidos, e completa o autor, onde nem mesmo o “banimento da propriedade particular de armas e nem o totalitarismo impiedoso do sistema comunista que aplicou esse banimento foram capazes de produzir uma taxa menor de homicídios”. (p. 103). O desarmamentismo é falho e sempre será quando parte da premissa de que desarmando os cidadãos de bem obterá êxito na redução na criminalidade. Mas o que está realmente por detrás dessa mentalidade é que realmente querem tirar o direito de toda pessoa, possuir e portar armas de fogo para sua legítima defesa.

Quintela e Barbosa acrescentam: “Se vasculharmos a história dos governos de inspirações marxista, veremos sempre um traço em comum: o desprezo completo pela vida humana, demonstrado em milhões de mortes de inocentes, desde bebês até mulheres grávidas e idosos. Qualquer semelhança não é mera coincidência”. (2015, p.123). Basta uma olhada nos estatutos e objetivos do Partido dos Trabalhadores (PT) e veremos essa tal semelhança com as doutrinas marxistas faladas anteriormente.

Olhando para a história: Adolf Hitler na Alemanha, Stalin na antiga URSS, Castro em Cuba, Qaddafi na Líbia, Idi Amim em Uganda, Mao Tsé Tung na China, Pol Pot no Japão, Kim Iong Il na Coreia do Norte, todos eles, sem exceção, usaram de políticas tirânicas desarmamentistas. Tiraram as armas das mãos dos cidadãos e, como consequência, foram os governos mais violentos da humanidade. Essa mentalidade desarmamentista se vê claramente em tais governos que dominam a população tirando seus direitos naturais inclusive o da legítima defesa proporcionada por armas de fogo. É por isso que Quintela e Barbosa concluem na citação dizendo que não é coincidência essas semelhanças dos governos tirânicos com o do Brasil, afinal, o partido que até então comanda o Brasil é claramente apoiado e baseado em teorias de base socialista-comunista.

Lott em um estudo acuradíssimo e minucioso, destrinchando e analisando vários casos e várias realidades por vários anos nos EUA afirma: “Eu descobri que o desarmamento retira muito mais armas das mãos dos cidadãos de bem do que dos criminosos, o que significa que os criminosos acabam tendo menos medo de suas vítimas potenciais”. (2015, p. 11).

Histórias de seriados, filmes ou até desenhos pode ser que não dão tanta segurança a argumentos pró-armamentista más servem de exemplo e comparação para a atual realidade. Entretanto esta realidade parece ser mais convincente. As verdadeiras pesquisas, os autênticos estudiosos da criminalidade dão essa segurança, e afirmam sem medo de que as políticas desarmamentistas não tem solucionado nenhum problema, pelo contrário, tem gerado mais outros e aumentado os que já existiam.

Malcolm conclui em um dos capítulos de seu livro analisando o caso britânico e que serve também para o Brasil que hoje possui regras em relação as armas semelhantes as da Inglaterra moderna, se conclui juntamente com ela, analisando o caso brasileiro que: “Não há nenhum sinal em nenhuma das evidências, nem nos números de homicídios, nem no uso registrado de armas de fogo nos crimes, e nem no tratamento do Parlamento para com os ingleses armados, de que o uso de armas de fogo aumentou o número de homicídios ou a criminalidade em geral ou a criminalidade em geral”. (2014, p. 96). Leis mais severas e políticas armamentistas resultam em um drástico e notável declínio na violência bem como nos crimes e homicídios, assim é mostrado pelo caso americano e inglês.

Os Estados Unidos e a Inglaterra têm culturas diferentes do Brasil, talvez por este motivo não se pode então comparar essas nações desenvolvidas com um país subdesenvolvido quando ao porte legal de armas. Entretanto esse fato não se pode negar: em anos os países quando as armas são disponíveis aos cidadãos de bem honestos, a criminalidade em geral diminuiu. No Brasil acontece o inverso, enquanto a propriedade de armas declinou cada vez mais o índice de violência, homicídio e a criminalidade em geral só aumentaram, e em alguns estados brasileiros em até mais de 100%.

Mesmo sendo uma professora e historiadora excelente, de uma objetividade, clareza e coesão exemplar, Malcolm não dá uma visão acertada e filosófica, e isso não é um problema, até por que esse não é seu objetivo e intenção, sobre quais seriam os verdadeiros motivos, que fez com que o governo britânico, em dado momento restringisse as armas de fogo das mãos dos cidadãos, com leis que desarmam a população sem terem objetivos ou reais motivações que justificassem tais ações restricionárias quanto a posse e porte de arma. A pergunta de linha filosófica seria de qual ideologia esteve e está permeando por detrás dessas atitudes

contrárias a direitos e liberdades humanas que na história da Inglaterra sempre esteve presente e inviolável tal direito.

Neste estudo de Malcolm, percebe-se claramente a verdadeira realidade da relação armas-crimes e violência que é totalmente distorcida pelo discurso desarmamentista. Analisando o caso inglês fica em evidencia que as leis desarmamentistas entraram com força através dos partidos de esquerda.

Na visão de alguns estudiosos “A remoção da posse individual de armas parece então ser o meio mais fácil de se reduzir a violência. Esta lógica fortalece as políticas de armas de fogo da Grã-Bretanha e da maioria dos países desenvolvidos.” (MALCOLM, 2015, p. 15) porém : “Um forte argumento vira essa equação de cabeça para baixo, alegando que mais armas nas mãos das pessoas (de bem, honestas) acaba diminuindo a criminalidade” (ibidem), tal argumentação também é utilizada como base da pesquisa de Jonh Lott Jr.

4.1 Armas e governos liberais

Quando em seu livro, Malcolm começa a analisar a violência na Inglaterra e as leis restricionárias que começaram a surgir a partir do século XIX , se conclui que o direito dos ingleses que sempre existiu, o de ter armas para sua segurança, em resumo para sua legítima defesa, começou a ser tirado pouco a pouco com várias leis e emendas, por intermédios de partidos britânicos liberais que se identificam com a famosa nomenclatura ‘esquerda’, e por coincidência ou não, o Partido dos Trabalhadores da Inglaterra teve grande influência na época para que essas liberdades e direitos naturais das pessoas fossem tirados.

Assim atesta a história, que governos com tendências socialistas sempre desarmam sua população para terem controle sobre elas, e Malcolm continua citando Sr.White sobre o direito dos ingleses que começou a ser subjugado, “tem sempre sido um marco distinto deste país que as pessoas possam ter armas, e esta Lei foi uma invasão muito grave daquilo que sempre pretendeu ser um direito comum [...] Ainda que não fosse um alarmista, ele ficaria feliz se ada adulto deste país no presente momento, possuísse um rifle e soubesse como usá-lo”. (MALCOLM, 2014, p. 124).

E sobre as restrições por parte dos governos liberais mesmo que os crimes com armas eram raros Malcolm acrescenta: “A restrição às vendas de armas de fogo estavam claramente presente nas agendas de governos sucessivos e da polícia, apesar do fato de que a violência com essas armas era estatisticamente insignificante”. (ibidem, p. 134).

É típico de governos liberais de cunhos socialistas restringirem os direitos mais básicos do homem: “Embora as armas de fogo não fossem um fator sério na criminalidade, em 1911 o governo liberal estava pronto para construir, sobre a base de 1903, uma revisão da Lei das Armas Curtas, com controles extensivos...”. (ibidem, p. 141).

A partir de 1920 na Inglaterra o direito de portar armas se torna um privilégio a poucos. O que aconteceu nessa nação se reflete hoje no Brasil onde um cidadão de bem se vê incapaz de exercer seu direito de se defender a altura da bandidagem por causa de leis restricionárias e discricionárias quanto ao porte e posse legal de armas de fogo. A isso se chama: controle e manipulação social do governo que se mostra, e sempre se apresentou como antidemocrático, uma verdadeira tirania. Afinal, no ano em que foi fundado o partido comunista britânico, coincidência ou não, a restrição as armas com leis e emendas se tornou mais frequente: “Mais tarde, em 1920, o partido Comunista da Grã-Bretanha foi fundado”. (ibidem, p. 145).

Tal governo liberal inglês se tornou fez com que o estado se tornasse aquilo que Thomas Hobbes, o grande abolicionista dizia sobre o “Estado Perfeito”. É o estado antidemocrático, é o estado cada vez mais gordo e as pessoas mais magras, sem seus direitos, sem seus deveres e sem suas liberdades individuais naturais: “O governo, e seu controle cada vez maior em numerosos aspectos da vida da comunidade, agora achava que as armas não eram apropriadas para a defesa própria. A segurança pessoal poderia e deveria ser deixada a cargo de estado”. (ibidem, p. 164).

Sobre a essa influência do partido de cunho comunista inglês Malcolm atesta que “Alguns meses depois Tony Blair e o partido Trabalhista ocuparam o governo com uma enorme maioria e insistiram em ir além do que os Conservadores haviam feito, removendo a exceção às armas curtas de calibre .22 e impondo um banimento total às armas curtas.” (ibidem, p. 202). Qualquer semelhança não é coincidência, o mesmo aconteceu e se concretiza no Brasil por intermédio de partidos de cunho liberal, dentre eles se destaca o Partido dos Trabalhadores do Brasil. E sobre a remoção de tais direitos e liberdades da pessoa humana Malcolm conclui: “Ao fazer isso eles removeram efetivamente um direito ainda mais básico, o mais básico de todos, o direito à segurança pessoal, novamente em nome da ordem pública”. (ibidem, p. 207).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica eminente, com o presente trabalho, que, a mentalidade por detrás do desarmamentismo é a mentalidade ideológica, sentimentalista, subjetivista, tirânica com suas raízes nos pensamentos comunistas onde direitos e liberdades não existem na sociedade e em especial o da legítima defesa pelos meios materiais justos e necessários para a defesa e segurança das pessoas, e jornalística manipuladora que tenta a todo o momento aterrorizar as pessoas demonizando as armas ‘pintando o diabo mais feio do que já é’, além de pouquíssimas vezes, ou quase nunca, basearem-se em pesquisas sérias sobre a influência real das armas na violência e nos homicídios causados por armas de fogo.

E que como foi visto e analisado, são raros tais mortes com armas se compararmos as mortes que são bem maiores onde, piscinas, bicicletas, carros, quedas e intoxicações são envolventes maiores em mortes do que armas de fogo tanto nos países em que são permitidas as armas como em outros como no Brasil, são quase totalmente proibidas para a população em geral.

Outro fator importantíssimo que foi estudado é que a teoria desarmamentista faz parte de um plano tirânico e ditador de governos comunistas que usam o desarmamentismo como estratégia de dominação, manipulação e poder tirando as armas das mãos de cidadãos de bem para que eles fiquem sem meios de reação contra a revolução. O cidadão desarmado é o começo para que ele seja controlado. Afinal, não foi o que Hitler fez com os judeus antes de os massacrarem?

Possuir e portar armas por legítima defesa é um direito que todo cidadão de bem tem, e tal direito deve ser assegurado e reconhecido por qualquer governo que se preza, e se diz respeitador das liberdades individuais. Retirar esse direito ou dificultá-lo, como visto anteriormente, faz com que outros direitos e liberdades sejam retiradas aos poucos. Tirar o direito de um homem defender sua vida e sua família é a porta de entrada para que outros direitos sejam extirpados completamente.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. vol. 6. São Paulo: Loyola, 2005.

BÍBLIA DE JERUSALÉM, NOVO TESTAMENTO. 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1976.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

DATA SUS. Disponível em <www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02> Acesso em: 18 Nov. 2017 às 09h30.

LOTT-JR., John R.. **More Guns, Less Crimes**. Chicago: University Chicago Press, 2000.

LOTT-JR., John R.. **Preconceito contra as armas: porque quase tudo o que você ouviu sobre o controle de armas está errado**. Campinas: Vide Editorial, 2015.

MALCOLM, Joyce Lee. **Violência e armas: a experiência inglesa**. 2. ed. Campinas: Vide Editorial, 2014.

MAPA DA VIOLÊNCIA. Disponível em <<http://www.mapadaviolencia.org.br>>. Acesso em: novembro de 2017.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da doutrina social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2005.

QUINTELA, Flávio; BARBOSA, Bene. **Mentiram para mim sobre o desarmamento**. Campinas: Vide Editorial, 2015.

QUINTELA, **Mentiram (e muito) para mim**. Campinas: Vide Editorial, 2014.

DÓRIA É DESARMAMENTISTA. Carteiro Reaça. 2017. 19s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=K3BxNeg0BjY>>. Acesso em: novembro de 2017.

-JESUS CRISTO MANDOU COMPRAR ARMAS! OLAVO DE CARVALHO REBATE JOÃO DÓRIA. Canal do Opressor. 2017. 1m52. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9kj3KAQ8B1w>>. Acesso em: novembro de 2017.

WOODS-JR., Thomas E.. **Como a Igreja Católica construiu a civilização ocidental**. 9. ed. São Paulo: Quadrante, 2014.